

CONSELHO GESTOR DELIBERATIVO DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO LITORAL DO PARANÁ – TAJ LITORAL DO PARANÁ

Extrato da 5ª Reunião Extraordinária

Data: 29 de setembro de 2022	Local: virtual - teams
Horário: 10:00 hs -12:30 hs	
Número total de participantes: (conforme lista de presença, anexo I) Secretaria Executiva: Daniela Leite e Manuela Muanis, Funbio	
Pauta: Boas vindas, verificação de quórum e sugestões adicionais para a pauta 1 - Aprovação da 1ª prestação de contas do Funbio e apresentação de saldo; 2- Atualização sobre os trabalhos da CT de acompanhamento do PELP - Caio Pamplona 3 – Atualização sobre o GT Com - André Cattani 4 – Atualização sobre o GT Proteção - Hellen Rocha 4.1 . Proposta do Plano Emergencial de Proteção; 4.2 . Solicitação do ICMBio para compra de embarcação para o NGI Matinhos (orçamentos variam entre R\$900m e R\$ 2,4 M); 4.3 . Recomendação do MP para compra de embarcação para o IBAMA; 5 – Outros assuntos e encaminhamentos: agendamento da 2ª RO de 2022 para dia 15/12: aprovação do PELP; ACs	

I. Abertura da Reunião e verificação de quórum

O presidente Eduardo Vedor dá as boas-vindas a todos, e após conferência de quórum dá-se início à reunião.

II. Item 1 da pauta: Aprovação da 1ª prestação de contas do Funbio e apresentação de saldo

Daniela esclarece que os documentos foram enviados anteriormente, a prestação de contas e esclarecimentos sobre a aplicação de recursos do TAJ, demanda dos próprios Ministérios Públicos. Não houve dúvidas sobre a prestação, que foi considerada aprovada.

1ª deliberação: 1ª prestação de contas aprovada.

Daniela apresenta o saldo atualizado das duas contas, conforme slide. O saldo atualizado em 31/08/2022 para

a modalidade IA é de R\$ 54. 937.650,19 e para a modalidade III é de R\$ 65.946.096,94. Não houve dúvidas em relação às informações apresentadas.

III. Item 2 da pauta: Atualização sobre os trabalhos da CT de acompanhamento do PELP - Caio Pamplona

Seguindo o PPT sobre o tema, informando a composição, agenda e objetivos da CT, Caio explica que a CT é de acompanhamento da elaboração do PELP. Considerando a prioridade que deve ser dada ao assunto, foi estabelecida uma data fixa para reuniões semanais, com as mudanças que estão detalhadas no PPT. O Rogério Cabral teve um primeiro trabalho de depurar os documentos iniciais e algumas conversas particulares com atores identificados, como Eduardo, Clóvis, MPs. No momento estão sendo conversados acordos de como será feito o trabalho do Rogério. Foram validadas premissas que estavam colocadas no relatório e TAJ, calendários e o GT definiu pela realização de workshop com a primeira validação do trabalho. Na última reunião da CT o Rogério resgatou as linhas temáticas que foram incorporadas ao TAJ, pra validação pela CT. Como tarefa institucional, cada instituição envolvida deveria debater sob esse aspecto, para na reunião próxima ter uma avaliação do grupo sobre as linhas temáticas que estão colocadas. No caso do ICMBio, já foi feita uma reunião interna, avaliando que o Rogério está preocupado e amarrado no relatório da SEMA de 2015, que deve ser balizador mas está limitando a criatividade do grupo e dos trabalhos. Na leitura do ICMBio Rogério deverá revisitar o que foi construído no relatório, para validar, para que as pessoas que estão envolvidas agora entendam de onde vêm as linhas temáticas, pois o que foi apresentado para o grupo foram linhas temáticas sem fio lógico da origem delas, e o próprio relatório da SEMA dá um salto muito grande entre a definição de alvos de conservação e de stress e fontes de stress para as linhas temáticas propostas, com um salto conceitual que é importante preencher ou resgatar de alguma maneira. A equipe do ICMBio tem uma reunião fixa às segundas e o Rogério foi convidado para esclarecer um pouco a tarefa, e o próprio ICMBio apresentar a dificuldade em validar linhas temáticas sem entender se o contexto mudou. Rogério manifestou preocupação no sentido de ser o mais transparente possível, as conversas entre os diferentes grupos, de forma que em breve será apresentado à CT o que foi discutido entre ICMBio e Rogério. Com a proximidade do workshop houve a sugestão de aumentar a intensidade das conversas preparatórias, incluindo nas reuniões da CT outros membros do CG, auxiliando o Rogério nessa construção. Há um risco de expectativa de que o Rogério traga conteúdo, e na verdade o papel dele é facilitar a organização das ideias. Ou seja, não cabe ao Rogério ser o proponente de conteúdos mas ao mesmo tempo ele sente uma limitação da disposição das instituições em participar do processo. Uma recomendação para o grupo ampliado é nas próximas 4 semanas mais pessoas se disporem a participar, aumentando o número de reuniões e oficinas virtuais para preparar um bom workshop para a última semana de outubro. Eduardo questiona se o 1º workshop não poderia ser aproveitado para validar a discussão conceitual e o escopo de 2015. Caio explica que Rogério queria que a CT validasse uma parte muito adiantada de 2015, que seria a conclusão, mas a partir da maturidade adquirida, com o uso dos padrões abertos no SANGE, planos de manejo, etc, atualmente há uma oportunidade e dever de melhorar o que foi produzido em 2015, para que a peça seja mais comunicativa e ampla, mais facil de ser acoplada à tática e operações do que foi proposto inicialmente, pois o modelo de 2015, por exemplo, não tem as estratégias, limita-se em linhas temáticas, o que é muito amplo, devendo surgir em função de um conjunto de estratégias que são propostas e não ser o começo da construção em si. A sugestão do ICMBio para o Rogério é dar um passo atrás, que é um modelo

mais gráfico, sem ficar tão amarrado ao relatório de 2015 mas que sim fosse usado como um ponto de partida para evoluir na discussão. Eduardo entende que é uma oportunidade de apropriação do que foi discutido em 2015, pelo Conselho, pois nem todos daqui estavam na oficina de 2015. A base não deve ter mudado tanto, mas uma construção coletiva revendo as estratégias e revisão das linhas temáticas é bem vinda. Caio explica que existe uma amarra legal sobre o relatório de 2015, pois os documentos de discussão do TAJ expressam que é o documento base. O consultor está muito amarrado nele, perdendo a oportunidade de ser mais criativo. Pode ser usado como ponto de partida, apenas, mas a CT está tentando aliviar o consultor dessa amarra, sem fugir das obrigações legais. Camila relembra que a oficina envolveu um número grande de pessoas, e que é preciso avaliar as alterações nos cenários de 2015 e 2022, mas que seja mesmo a base. Há outros documentos que servem como base, citados no TdR. Clóvis concorda que o documento deve ser revisado, e seria interessante o ICMBio reunir os 03 NGIs e definir as prioridades atuais. É preciso ter um termômetro muito claro e efetivo das ações necessárias no território. **A título de informação, Daniela relata que nem todas as reuniões tem tido participação de todos os segmentos, conforme definido pelo CG anteriormente, mas que os documentos tem sido disponibilizados e validados por todos. O CG está de acordo.**

IV – Item 3 – Atualização sobre o GT Com - André Cattani

André atualizou as informações sobre o GT Com e o que foi discutido na reunião, que é a elaboração de um TdR para contratação de uma assessoria de comunicação. É necessário ter um retorno de especialistas em relação ao TdR proposto pelo Funbio, e uma definição dos marcos referenciais para definição de produtos e pagamentos. Também é necessário eleger alguém do Conselho como porta voz, que possa ser orientado pela assessoria para divulgar informações. Ainda não está claro se o plano de comunicação será executado antes do PELP, ou depois, e em que momento.

Encaminhamento: prazo de 10 dias para as especialistas se manifestarem sobre o TdR e em seguida o Funbio encaminha para o Conselho. Após o workshop pode ser feita uma reunião extraordinária, para aprovação do TdR após esse alinhamento com o CG, para contratação ainda em 2022. Sugestão de inclusão de outra especialista no grupo de trabalho, a Marina Pranck.

V – Item 4 - Atualização sobre o GT Proteção - Hellen Rocha

Hellen apresenta o que foi discutido no GT de Proteção, incluindo o Plano Emergencial de Proteção, em função do aumento das infrações ambientais esse ano.

Encaminhamento: Funbio deve buscar a formalização de parceria entre Funbio e BPAMB.

Daniela esclarece que o precedente utilizado para arcar com pequenas manutenções em veículos do BPAMB considera experiências de outros projetos do Funbio com o ICMBio, que permitem que

pequenos investimentos sejam feitos em estruturas que não pertencem ao ICMBio, e que são necessários para viabilizar o trabalho do órgão (por exemplo, quando uma sala é cedida ao ICMBio e precisa de uma pequena reforma. Isso é possível desde que o investimento seja baixo e atenda diretamente aos interesses do órgão). Para esta excepcionalidade, os valores devem ser muito baixos, menores do que se eventualmente o ICMBio alugasse veículos para realização das ações, por exemplo, e devem ser condicionantes para viabilizar e otimizar as atividades que o próprio ICMBio identifica como necessárias para combater ilícitos ambientais e conter a situação alarmante destacada por diversos atores nas reuniões anteriores de Conselho e do próprio GT de Proteção, no que se refere à proteção da biodiversidade.

Deliberação: 05 titulares votaram a favor da execução do Plano Emergencial de Proteção, exceto os itens de uso pessoal apresentados pelo BPAMB. O valor aprovado para o Plano Emergencial de Proteção foi de R\$ 244 mil, dos R\$ 286.976 apresentados.

Passando para o item 4.2, que trata da compra de embarcação para o NGI Matinhos. Fábio demonstra o levantamento feito pelo ICMBio sobre a embarcação que atenderia melhor a necessidade das UCs. Para o Parna Marinho da Ilha dos Currais, para qualquer ação a ser realizada, é necessário embarcação. A apresentação é feita pelo ICMBio.

Deliberação: os conselheiros votam pela compra da embarcação para o NGI Matinhos e inclusão no POA de R\$ 1,2 M, podendo ter uma variação de 10% em função do frete, etc.

Eduardo reforça que o próximo ponto de pauta, que é o ofício do MPF para compra de embarcação para o IBAMA, deve ser adiado em função do horário e quórum.

O último item refere-se a próxima reunião ordinária, que seria no dia 15/12, para aprovação do PELP. Lembrando que o workshop será nos dias 1 e 2, quando será fechado o PELP. Daniela reforça que o que não for contemplado nessa versão do PELP, pode ser discutido na próxima versão.

Encaminhamento: ofício do MPF sobre a compra de embarcação para o IBAMA deverá ser tratado na próxima reunião do Conselho Gestor.

A reunião é encerrada.

Encaminhamentos
Item 3 da pauta: prazo de 10 dias para as especialistas se manifestarem sobre o TdR e em seguida o item encaminha para o Conselho. Após o workshop pode ser feita uma reunião extraordinária, para aprovação do TdR após esse alinhamento com o CG, para contratação ainda em 2022. Sugestão de inclusão de uma especialista no grupo de trabalho, a Marina Pranch.
Item 4 da pauta: Funbio deve buscar a formalização de parceria entre Funbio e BPAMB.

Item 4.3 da pauta: ofício do MPF sobre a compra de embarcação para o IBAMA deverá ser tratado na reunião do Conselho Gestor.

Deliberações

Item 1 da pauta: 1ª prestação de contas aprovada.

Item 4.1 da pauta: 05 titulares votaram a favor da execução do Plano Emergencial de Proteção, exceto os itens de uso pessoal apresentados pelo BPAMB. O valor aprovado para o Plano Emergencial de Proteção foi de R\$ 244 mil, dos R\$ 286.976 apresentados

Item 4.2 da pauta: compra da embarcação para o NGI Matinhos e inclusão no POA de R\$ 1,2 M, tendo ter uma variação de 10% em função do frete, etc.

II. Anexos:

Anexo I: Listas de presença de membros do Conselho Gestor e outros participantes